



Número: **0600658-92.2018.6.16.0000**

Classe: **REPRESENTAÇÃO**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Juiz Auxiliar - Ricardo Augusto Reis de Macedo**

Última distribuição : **27/06/2018**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Pesquisa Eleitoral - Divulgação de Pesquisa Eleitoral Fraudulenta**

Objeto do processo: **Representação de Impugnação ao Registro de Pesquisa, com pedido liminar, pelo Partido Democrático Trabalhista - PDT (Comissão Provisória Estadual) em face de Tonkovitch & Tonkovitch Pesquisa Ltda./ Arbeit Pesquisas e Editora Correio Paranaense Ltda., alegando descumprimento aos arts. 33, da Lei nº 9.504/97 e art. 2º, da Res. TSE nº 23.549/17, uma vez que a Representada não cumpriu os requisitos formais e materiais ao registrar a pesquisa sob nº PR-06675/2018, para Governador e Senador, divulgação dia 29.6.2018, porque, em suma: (a) a empresa não possui um sistema interno de controle e verificação, conferência e fiscalização da coleta de dados e do trabalho de campo satisfatório, a checagem está fixada em percentual extremamente baixo - compreende apenas 20% dos questionários utilizados e falta de identificação do entrevistado; (b) não apresentou a informação referente a área física de realização do trabalho; c) Da inconsistência no plano amostral e ponderação quanto a sexo, idade, grau de instrução e nível econômico dos entrevistados (Requer, em sede liminar, inaudita altera parte, que seja concedida a tutela de urgência reivindicada, como objetivo de que seja ordenada a suspensão imediata da divulgação, por quem quer que seja, dos resultados da pesquisa ora impugnada, sob pena de multa a ser fixada por este r. Juízo (em patamar que sugere não ser inferior a R\$500.000,00 para o caso de descumprimento; Que seja deferido o acesso da Impugnante ao sistema interno de controle, à verificação e à fiscalização de coleta de dados das entidades e das empresas que divulgarem pesquisas de opinião relativas aos candidatos e às eleições, incluídos os referentes à identificação dos entrevistadores e, por meio de escolha livre e aleatória de planilhas individuais, mapas ou equivalentes, confrontar e conferir os dados publicados, preservada a identidade dos entrevistados, bem como acesso ao relatório entregue ao solicitante da pesquisa e ao modelo do questionário aplicado, para facilitar a conferência das informações divulgadas, devendo as informações serem entregues em mídia digital, diretamente à Impugnante, no prazo de 2 (dois) dias. Ao final, que seja julgada totalmente procedente esta Impugnação, confirmando a tutela de urgência que espera ser deferida, de modo a reconhecer e declarar a ilegalidade da pesquisa, para assim indeferir o seu registro e determinar à Impugnada e demais interessados que se abstenham de divulgá-la, sob pena de multa que vier a ser fixada por este r. Juízo).**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA (REPRESENTANTE)	GRACIANE DOS SANTOS LEAL (ADVOGADO) LEANDRO SOUZA ROSA (ADVOGADO)
TONKOVITCH & TONKOVITCH PESQUISAS LTDA (REPRESENTADO)	NATALIA PEREIRA LEVANDOWSKI (ADVOGADO)

EDITORA CORREIO PARANAENSE LTDA - EPP (REPRESENTADO)			RENATO SERGIO PAREDES BARROSO (ADVOGADO)		
Procurador Regional Eleitoral (FISCAL DA LEI)					
Documentos					
Id.	Data da Assinatura	Documento		Tipo	
86524	28/08/2018 18:42	Acórdão		Acórdão	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ACÓRDÃO N.º 54.108

REPRESENTAÇÃO (11541) - 0600658-92.2018.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ

RELATOR(A): RICARDO AUGUSTO REIS DE MACEDO

REPRESENTANTE: PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA

Advogados do(a) REPRESENTANTE: LEANDRO SOUZA ROSA - PR30474, GRACIANE DOS SANTOS LEAL - PR81977

REPRESENTADO: TONKOVITCH & TONKOVITCH PESQUISAS LTDA, EDITORA CORREIO PARANAENSE LTDA - EPP

Advogado do(a) REPRESENTADO: NATALIA PEREIRA LEVANDOWSKI - PR80990

Advogado do(a) REPRESENTADO: RENATO SERGIO PAREDES BARROSO - PR33857

EMENTA

EMENTA - ELEIÇÕES 2018. PESQUISA ELEITORAL. RES. TSE Nº 23.549/17. METODOLOGIA DA PESQUISA. IMPOSIÇÃO DE NOVOS REQUISITOS DE REGULARIDADE. NÃO CABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE LIMITE MÍNIMO DE PERCENTUAL PARA SISTEMA DE CONTROLE. ACESSO AOS NOMES DOS ENTREVISTADOS. IMPOSSIBILIDADE. REUNIÃO DE FAIXAS ETÁRIAS. PERMITIDA COM INDICAÇÃO CORRETA DAS FONTES. VARIAÇÕES INSIGNIFICANTES NOS ÍNDICES UTILIZADOS. UTILIZAÇÃO DE CRITÉRIO DE RENDA DE PESSOA DE REFERÊNCIA DA FAMÍLIA. POSSÍVEL DESDE QUE PERMITA A PONDERAÇÃO. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES GRAVES. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. A norma eleitoral prevê uma série de regras para a divulgação de pesquisas eleitorais, mas não há como se pretender que o Judiciário imponha à empresa de pesquisa requisitos não insculpidos na norma de regência.
2. No que se refere ao sistema de controle, verificação, conferência e fiscalização da coleta de dados, não há no ordenamento jurídico limite mínimo de percentual de checagem por telefone a ser aplicado em relação ao fator de confiabilidade da pesquisa.
3. As agremiações políticas não podem, sob a forma de requerimento de acesso aos sistemas de controle das pesquisas, obter os nomes dos eleitores entrevistados, tendo em vista a Lei n.º 9.504/97 e a Resolução TSE n.º 23.549/2017 não exigirem a sua identificação, porque, em última análise, isso resultaria na quebra do sigilo do voto.
4. Não havendo disposição legal que limite as faixas de idade a algum modelo padronizado, não há óbice à opção pela sua reunião conforme metodologia própria do instituto de



pesquisa, desde que devidamente indicada a fonte de dados da qual foram extraídos os índices percentuais, nos moldes exigidos pela legislação eleitoral.

5. Variações insignificantes nos percentuais relativos aos dados referentes a faixas de grau de instrução e de entrevistados que não informaram o sexo, não revelam gravidade apta a motivar a suspensão da divulgação de pesquisa eleitoral.
6. O uso do critério de renda mensal da pessoa de referência da família ao invés do “nível econômico do entrevistado”, referido no inciso IV do art. 2º da Resolução TSE nº 23.549/2017, por si só, não invalida a pesquisa, desde que permita a ponderação exigida pela lei eleitoral.
7. Não há normatização legal impositiva acerca da adoção de uma metodologia única para as pesquisas eleitorais, a indicação de qual a formulação (matemática ou estatística) à obtenção do plano amostral ou da margem de erro, ou a especificação de nenhum parâmetro (ou variável) a ser usado na prática à correção da amostra.

Vistos, relatados e discutidos os autos, **ACORDAM** os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão.

Curitiba, 28 de Agosto de 2018.

RICARDO AUGUSTO REIS DE MACEDO – RELATOR

I - RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Eleitoral interposto pela COMISSÃO PROVISÓRIA ESTADUAL DO PARANÁ DO PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT/PR) contra sentença proferida na Representação proposta em face de TONKOVITCH & TONKOVITCH PESQUISAS LTDA / ARBEIT PESQUISAS e EDITORA CORREIO PARANAENSE LTDA., a qual considerou regular a Pesquisa Eleitoral registrada sob o nº PR-06675/18.

A recorrente alega, em síntese, que:

1) quanto ao sistema de controle interno, o percentual de checagem por telefone, fixado em 20% do total dos questionários, não atenderia ao disposto



no comando legal por ser demasiado baixo e assim prejudicar o fator de confiabilidade da pesquisa;

2) a inexistência de campo de identificação do entrevistado no questionário impediria o controle e verificação, conferência e fiscalização da coleta de dados e do trabalho de campo, pois prejudicaria a checagem, por telefone, da veracidade de 20% dos questionários. Argumenta que a pesquisa trata de “intenção de voto” e por isso não ofende o sigilo de voto, fazendo menção a CPI instaurada na Assembleia Legislativa do Paraná nas eleições municipais de 2012, então apelidada de “CPI DO IBOPE”;

3) haveria inconsistência no plano amostral e ponderação dos entrevistados, pelos seguintes motivos: 3.1) supressão do percentual de entrevistados que não informaram o sexo, em conflito com a base de dados indicada como fonte; 3.2) inconsistência dos dados de ponderação referentes à idade, com o agrupamento de percentuais em faixas etárias distintas daquelas constantes da tabela indicada como fonte, possibilitando a distorção de resultados; 3.3) inconsistência dos dados de ponderação referentes ao grau de instrução, com a reunião injustificada de percentuais em graus distintos daqueles constantes da tabela fonte; 3.4) no questionário relativo à ponderação do nível econômico do entrevistado, considerou-se a renda mensal da “pessoa de referência da família”, descumprindo-se o art. 2º, inciso IV da Resolução TSE nº 23.549/2017, que prevê, no plano amostral, a ponderação do quanto ao “nível econômico do entrevistado”.

Foram apresentadas as contrarrazões (evento 30722), sob os seguintes argumentos:

1) as alegações da Recorrente já foram analisadas nos autos nº 0600653-70.2018.6.16.0000 e nº 0600531-57.2018.6.16.000, além da sentença de mérito proferida nos autos nº 0600520-28.2018.6.16.0000, no sentido de que não há exigência de método específico para a pesquisa eleitoral;

2) ao analisar o Mandado de Segurança nº 0600648-48.2018.6.16.0000, o Exmo. Dr. Luís Pedro Sanson Corat cassou uma decisão que suspendeu divulgação de pesquisa eleitoral impugnada com fundamentos semelhantes aos ora em análise;

3) quanto ao plano amostral: 3.1) a quantidade de entrevistados que não informou o sexo foi de 0,0386%, ou seja, irrisória e abaixo da margem de erro da pesquisa; 3.2) o agrupamento de faixas de idade pode ser feito em razão de não haver metodologia única, motivado pela similaridade das amostras, não resultando em distorção do eleitorado; 3.3) da mesma forma, o agrupamento por grau de instrução considera a similaridade das amostras, inexistindo junção indevida, como, por exemplo, “analfabetos e pessoas com ensino superior completo”; 3.4) houve clara demonstração da fonte de dados para a análise do critério “renda”.



A Procuradoria Regional Eleitoral apresentou parecer (evento nº 43548) pelo desprovimento do recurso.

II – VOTO

O recurso é tempestivo, pois interposto em 03/08/18, 1 (um) dia após a publicação da sentença, que se deu em 02/08/18 (art. 20 da Resolução do TSE nº 23.547/18), bem como foram atendidos os demais requisitos de admissibilidade e, por isso, dele conheço e passo a sua análise.

A Pesquisa Eleitoral, em tese, não pode ser considerada como um fator decisivo para eleger ou deixar de eleger candidatos, mas, de qualquer forma, pode influenciar sobremaneira o eleitorado.

Tal alcance não passou despercebido pelo Legislador Ordinário que, atento às inúmeras possibilidades de ingerência positiva ou negativa no eleitorado, estabeleceu condições e limites na Lei nº 9.504/97 para sua realização.

A elaboração de um regramento sobre o tema visou propiciar a igualdade de condições entre os candidatos, buscando evitar a manipulação de dados e garantindo que as informações pudessem chegar aos eleitores sem vícios, gerando uma pesquisa eleitoral cristalina e, como consequência, um voto não sugestionado.

O eleitoralista José Jairo Gomes, ao tratar do tema, leciona o seguinte:

“As pesquisas constituem importante instrumento de avaliação dos partidos em relação à atuação de seus candidatos. São úteis sobretudo para a definição de estratégias e tomada de decisões.

Não obstante, é certo que os resultados apresentados podem influir de modo relevante e perigoso na vontade dos eleitores. Por serem psicologicamente influenciáveis, muitos indivíduos tendem a perfilhar a opinião da maioria. Daí votarem em candidatos que supostamente estejam “na frente” ou “liderando as pesquisas”. Por isso, transformaram-se as pesquisas eleitorais em relevante instrumento de marketing político, que deve ser submetido a controle estatal, sob pena de promoverem grave desvirtuamento na vontade popular e, pois, na legitimidade das eleições” (Direito Eleitoral. 5 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010, p. 292).

Dito isso, passo ao exame dos argumentos da Recorrente.

2.1) Percentual de checagem por telefone

A norma eleitoral prevê uma série de regras para a divulgação de pesquisas eleitorais, a exemplo do art. 2º da Resolução do TSE nº 23.549/17, mas não há como se pretender que o Judiciário imponha à empresa de pesquisa requisitos não insculpidos na norma de regência.

Neste sentido, inexistente fixação legal de determinado sistema de controle e verificação, conferência e fiscalização da coleta de dados, não havendo, portanto, no ordenamento jurídico, limite mínimo de



percentual a ser aplicado no sistema interno de controle a corresponder a um fator de confiabilidade da pesquisa.

Dessa forma, não é possível afirmar que a estipulação da checagem por telefone no patamar de 20% (vinte por cento) do total dos questionários representaria desobediência a comando legal, restando não acolhida essa alegação.

2.2) Identificação dos entrevistados

Em relação à falta de informações no questionário que permitam o controle e a fiscalização dos trabalhos de campo, novamente a Recorrente busca a imposição de uma exigência não prevista na Lei das Eleições ou na Resolução TSE nº 23.549/17.

Como bem apontado pela douta Procuradoria Regional Eleitoral, “*depreende-se do próprio formulário acostado na exordial a existência de campo específico em que consta espaços para preenchimento da região, da cidade e do telefone do entrevistado. Assim, evidentes informações mínimas e necessárias para a checagem de informações dos entrevistados*”.

A norma eleitoral não exige a identificação do eleitor entrevistado e, caso o fizesse, colidiria com a previsão constitucional do sigilo do voto, conforme precedente deste Tribunal:

“PESQUISA ELEITORAL. IMPUGNAÇÃO. PEDIDO DE PROIBIÇÃO DA DIVULGAÇÃO DE RESULTADO. (...) A Lei n.º 9.504/97 e a Resolução TSE n.º 22.143/2006 não exigem a identificação do eleitor entrevistado, porque estariam quebrando o sigilo do voto. (...) PEDIDO IMPROCEDENTE”. (Representação nº 1655, Acórdão nº 31636 de 25/09/2006, Relator(a) RENATO LOPES DE PAIVA)

A seu tempo, o TSE já registrou, em 2010, que “(...) *as agremiações políticas não podem, sob a forma de requerimento de acesso aos sistemas de controle, acessar os nomes das pessoas que foram entrevistadas.*” (Ac. De 19/08/2010 no AgR-Pet nº 194822, rel. Min. Henrique Neves).

Assim, essa é mais uma alegação que não merece prosperar.

2.3) Plano amostral

A Recorrente sustenta uma inconsistência de dados de ponderação referente à idade e ao grau de instrução, pois a empresa de pesquisa teria reunido faixas percentuais sem justificativa plausível.

No caso, enquanto a tabela do TSE divide as faixas de idade por “Inválida”, “16 anos”, “17 anos”, “18 a 20 anos”, “21 a 24 anos”, “25 a 34 anos”, entre outras, a pesquisa em questão aglutinou os grupos desde “Inválida” até “20 a 24 anos” em um único grupo, somando os percentuais de eleitorado apresentados na tabela oficial.

Veja-se transcrição da tabela referente às faixas de idade representativas do eleitorado, trazida pela própria Recorrente (página 15 da petição inicial):

IDADE	TONKOVITCH/ARBEIT	TSE (2018)
Inválida + 16 + 17 + 18 + 19 + 20 a 24 anos	16%	15,59%



25 a 34 anos	20%	20,29%
35 a 44 anos	20%	19,9%
45 a 59 anos	26%	25,9%
Mais de 59 anos	18%	18,3%
TOTAL	100%	99,98%

Repito que o regramento eleitoral confere margem de liberdade a quem realiza a pesquisa eleitoral quanto à metodologia. Não havendo disposição legal que limite as faixas de idade a algum tipo de modelo, não há óbice à opção pela sua reunião conforme metodologia própria, desde que indicada a fonte de dados da qual foram extraídos os índices percentuais, o que ocorreu no presente caso.

Ademais, constata-se que a reunião de dados realizada pela Recorrida observou os percentuais da tabela do TSE, havendo variação insignificante nos dados comparados, inexistindo irregularidades a serem sanadas.

Igual argumento se aplica às faixas de grau de instrução do eleitor, cuja tabela se encontra à página 17 da petição inicial e apresenta diferença de 0,001% entre o percentual oficial do TSE e das faixas utilizadas na pesquisa.

De outro vértice, também é irrisório o percentual *de entrevistados que não informou o sexo*, não obstante, da própria petição inicial é possível antever que tal campo equivale a uma parcela extremamente pequena do universo pertinente, de 0,01%, tratando-se de irregularidade ínfima, sem gravidade ao ponto de, por este motivo, suspender-se a divulgação da pesquisa.

Por fim, relativamente ao uso da renda mensal da pessoa de referência da família como critério de pesquisa, destaco que o “nível econômico do entrevistado”, referido no artigo 2º, inciso IV da Resolução TSE nº 23.549/2017, não impõe que seja considerada apenas a “renda do entrevistado”, de forma isolada, mas sim que se trabalhe com algum dado específico relacionado ao referido critério que permita a sua ponderação.

No caso em análise foi utilizada a tabela 1946, fornecida pelo IBGE, referente ao ano de 2015, (<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1946>). O uso de tal fonte é compatível com o regramento eleitoral, haja vista que sua identificação permite completa ciência dos dados utilizados.

Corroborando meus argumentos, cito um precedente desta Corte Eleitoral que se coaduna ao meu entendimento no presente caso:

“EMENTA: RECURSO ELEITORAL - REPRESENTAÇÃO - DIVULGAÇÃO DE PESQUISA REALIZADA HÁ DUAS SEMANAS - TEMERIDADE - AUSÊNCIA DE ORIGEM DOS DADOS REFERENTES AO NÍVEL ECONÔMICO E AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO 'CARTÃO BRANCO' NO PEDIDO DE REGISTRO DA PESQUISA - RECURSO DESPROVIDO.

1. Presentes as informações necessárias no ato do registro da pesquisa eleitoral, nos termos do artigo 1º da Resolução TSE nº 23.364/11, e não



demonstrada a ocorrência de fraude durante ou após a sua realização, não há motivo para impedir a divulgação do resultado da pesquisa.

2. Não há normatização legal impositiva acerca da adoção de uma metodologia única para as pesquisas eleitorais, a indicação de qual a formulação (matemática ou estatística) à obtenção do plano amostral ou da margem de erro, ou a especificação de nenhum parâmetro (ou variável) a ser usado na prática à correção da amostra.” (RE - RECURSO ELEITORAL n 89578 - Cascavel/PR. Relator(a) ROGÉRIO COELHO. ACÓRDÃO n 44168 de 04/09/2012. Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, Data 04/09/2012)

Em conclusão, colho excerto do bem lançado parecer da Procuradoria Regional Eleitoral que assim entendeu:

“Note-se que tais argumentos apontados em decisão de cognição sumária foi replicado em momento análise exauriente. Os próprios dados trazidos pelo Recorrente coaduna com a insuficiência de irregularidade hábeis a ensejar o impedimento de registro e divulgação de pesquisa eleitoral, pois, a diferença apontada não supera a margem de erro e o nível de confiança da pesquisa.

Com isso, não verifica-se irregularidades suficientemente hábeis para impedir a divulgação da pesquisa apontada, não passando a irresignação dos recorrentes de mero inconformismo com o resultado divulgado e a sentença proferida, os quais não foram a contento de seus interesses.” (mov. nº 43548)

Diante de tais fundamentos, entendo que a Sentença não merece reforma.

EXTRATO DA ATA

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600658-92.2018.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ - RELATOR: DR. RICARDO AUGUSTO REIS DE MACEDO - REPRESENTANTE: PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA - Advogados do(a) REPRESENTANTE: LEANDRO SOUZA ROSA - PR30474, GRACIANE DOS SANTOS LEAL - PR81977 - REPRESENTADO: TONKOVITCH & TONKOVITCH PESQUISAS LTDA, EDITORA CORREIO PARANAENSE LTDA - EPP - Advogado do(a) REPRESENTADO: NATALIA PEREIRA LEVANDOWSKI - PR80990 - Advogado do(a) REPRESENTADO: RENATO SERGIO PAREDES BARROSO - PR33857

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte conheceu do recurso, e, no mérito, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.



Presidência do Excelentíssimo Senhor Juiz Pedro Luís Sanson Corat, face ausências justificadas dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores Luiz Taro Oyama e Gilberto Ferreira, nos moldes do artigo 72, parágrafo único do RITREPR. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Julgadores: Juízes Ricardo Augusto Reis de Macedo, Paulo Afonso da Motta Ribeiro, Antonio Franco Ferreira da Costa Neto, Jean Carlo Leeck, e o Desembargador Federal Luiz Fernando Wowk Penteado. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Doutora Eloisa Helena Machado.

SESSÃO DE
28.08.2018.

Proclamação da Decisão

À unanimidade de votos, a Corte conheceu do recurso, e, no mérito, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 28/08/2018

RELATOR(A) RICARDO AUGUSTO REIS DE MACEDO



